



PELA EXPANSÃO DA DISCUSSÃO ÉTICA

É se minha liberdade crescer (em vez de terminar) com a liberdade do outro? Nossa vida social em boa parte se dá no trabalho, e nele podemos – e devemos – elaborar as qualidades de um mundo melhor.

Renato Janine Ribeiro – Professor titular sênior de Ética e Filosofia Política da Universidade de São Paulo (USP).
E-mail: rjanine@usp.br

Resumo

Objetivo: provocar a expansão da discussão sobre ética nas organizações.

Estado da arte: o debate sobre ética tem crescido, levando ao aumento das preocupações sobre condutas, por exemplo, de preconceitos diversos, mas, ao mesmo tempo, do uso do conceito para justificar o injustificável.

Originalidade: o artigo compara códigos de ética e *compliance* e traz reflexões para a expansão da discussão. Observa-se que, enquanto medidas paralegais definem com muita precisão os tipos errados e obrigatórios, a ética propriamente dita requer questionamentos constantes e uma expansão do que é considerado justo ou injusto.

Impactos: as ideias do artigo podem ajudar a aprofundar o debate sobre ética nas organizações, balizando ações em benefício dos trabalhadores e da sociedade.

Palavras-chave: ética, códigos de ética, *compliance*, preconceitos.

Nas últimas décadas, cresceu a importância da ética – ou, às vezes, da menção à ética – na sociedade como um todo. Essa tendência teve dois efeitos. Um, o positivo, é que aumentou a preocupação com os valores nas ações públicas e privadas, sociais e individuais. Assim, condutas antes aceitas, como o preconceito de cor, de gênero, de orientação sexual ou de convicção religiosa, foram sendo revistas. Da mesma forma, a fome e a miséria, que eram consideradas parte da paisagem, algo inevitável, foram reduzidas em muitos países graças a sólidas políticas públicas e a uma crescente crença de serem, ambas, inaceitáveis.

O outro efeito, que considero negativo, é que muitas vezes a palavra *ética* é tomada em vão, para justificar o injustificável. Virou um jargão de *marketing*. Darei dois exemplos. Um aparece quando se diz que uma empresa melhora seu valor de mercado quando adota políticas éticas, como o *recall* de produtos com defeito ou o empenho em implantar políticas inclusivas em termos de gênero e etnia. Ou seja, esse argumento coloca a ética como meio para se chegar a um fim lucrativo. Se a ética não é fim, ela é nada – ou muito pouco. Ética instrumental não é ética. Portanto, se em algum momento for possível lucrar sendo antiético, adeus à ética. Ela se torna um simples *outdoor*. Outro exemplo temos quando se usa o ataque ao outro invocando-se supostos argumentos éticos. Vivemos isso, no Brasil, com consequências catastróficas, de maneira especial usando o mote do combate à corrupção. Várias vezes vimos candidatos concorrerem e mesmo serem eleitos alegando combater a corrupção; com frequência, acabaram denunciados e até condenados, por se mostrarem corruptos. Enquanto as questões sociais são deixadas de lado, verifica-se posteriormente que a tese de que “corruptos são os outros” não se sustenta.

ÉTICA E COMPLIANCE

Voltemos à crescente preocupação ética, isto é, ao aspecto positivo que aponte. Há quem evoque com nostalgia um passado mais moral do que o presente, mas se esquece de que a elite do passado rejeitou qualquer compensação aos antigos escravos – depois de retardar a abolição do cativeiro o mais que pôde. O próprio debate sobre indenização, na assembleia geral, que era o órgão legislativo do Império, tratava de possível compensação aos escravagistas pela perda de sua propriedade humana, mas não de uma compensação aos cativos pelo tratamento desumano que tinham sofrido – representando assim uma completa inversão dos valores éticos.

O assassinio de mulheres pelos maridos ficou impune, em alta medida, até pelo menos o fim do século XX. Na melhor das hipóteses, diremos que a ética de nossa passada elite era altamente seletiva. Quando alguém hoje celebra o antigo *fió de bigode*, o mito da palavra dada, ou a lenda de que os homens públicos da República Velha eram mais honestos do que os atuais, evoca um tempo em que os compromissos éticos seriam apenas entre os membros da classe dominante, os quais não sentiam nenhuma obrigação em relação aos desvalidos e miseráveis.

Ora, nos últimos tempos houve uma mudança significativa nesse tocante. Um dos sinais dela foram os códigos de ética, implantados desde o fim do século XX por inúmeras organizações, categorias profissionais e até órgãos de Estado. Um código de ética tem algumas características principais. Ele não é uma lei nem, portanto, se aplica a todas as pessoas de um país ou divisão territorial. É inspirado por valores éticos. Finalmente, não gera penas de prisão nem, salvo exceções, pecuniárias. Pode, sim, levar a advertências e até a demissão, mas não constitui delito ou crime. Seu objetivo é melhorar o convívio na organização e suas relações com a sociedade e até o meio ambiente.

Assim, o código de ética não tem validade universal. Ele não abrange o mesmo contingente daqueles que são afetados pela lei daqueles que têm obrigação de cumpri-la. Aplica-se a um espaço específico. Em suma, códigos de ética e *compliance* funcionam em um campo que poderíamos chamar de *paralegal*, isto é, embora não façam parte da legislação estatal, também utilizam características essenciais da legalidade, como a maior exatidão possível na descrição do que é vedado ou exigido.

Essa preocupação ética que leva aos mencionados códigos também repercutiu nas leis. Lembro que a primeira medida legal contra o assédio sexual se deu na Câmara Municipal de Porto Alegre, que, no começo da década de 1990, aprovou lei determinando cassar o alvará de empresa que tolerasse tal conduta, à época ainda não criminalizada. Da mesma forma, outros atos antiéticos começaram a ser punidos, por pressão da opinião pública. Mesmo assim, os objetivos da lei e da ética são distintos.

A lei procura regular o funcionamento da sociedade. Um bom exemplo é o código de trânsito. Este determina os fluxos de veículos – e de pessoas – de modo a garantir que todos tenham o seu momento. É indiferente à legislação o motivo que leva alguém a cumprir as leis de tráfego. Pode ser por medo da multa ou dos pontos, ou por convicção de que todos têm seu direito. Só no segundo caso a motivação é ética, mas para o funcionamento da sociedade tal diferença é irrelevante. Já a ética tem como finalidade criar um ambiente melhor para o convívio humano: não apenas funcional (como a lei), mas justo e bom. Nos dois casos, espe-

ra-se produzir confiança entre as pessoas, mas a lei gera-a pelo controle e mesmo pelo medo, enquanto a ética a constrói pela estima e esperança.

O *compliance*, por sua vez, está próximo ao código de ética. Tal como este, trata-se de um código, isto é, de uma lei, ainda que não seja uma lei decretada pelo Estado. Por isso mesmo, tipifica as condutas, ou seja, define com precisão o que é vedado ou errado. Este é um ponto essencial da lei: ao proibir e punir, ela deve ser claríssima na descrição do tipo merecedor de castigo. *In dubio pro reo*. Já a ética, ao contrário, inclui uma expansão possivelmente ilimitada. Uma ação antiética não é aquela que está descrita na lei e, portanto, pode ser identificada com precisão.

Tomemos o mandamento *Não matarás*. Se o entendermos como lei, e assim está em todos os códigos penais, será preciso mostrar que a ação, ou a inação criminosa, visava de fato a matar a vítima. Mas, se pensarmos eticamente, *matar* não será apenas tirar a vida com arma branca, de fogo ou veneno. Pode ser não acudir uma pessoa em perigo. Matar pode até ser apoiar uma ação ou uma medida que resulte em mortes. Por exemplo, ir contra um programa de combate à fome acarreta mortes. Um mau sistema de saúde pública, também. Promover *fake news*, como as mentiras contra as vacinas, idem. Agora, essas considerações éticas dificilmente levam a pena de prisão ou a castigos por tribunais. Elas exigem uma reflexão apurada, uma capacidade de consciência ética. No fundo, a ética está mais ligada à formação de um sujeito ético, capaz de decidir em função do bem e do mal, do justo e do injusto, do que à obediência a uma lista de procedimentos.

Códigos de ética e regras de *compliance* têm preocupação ética. As leis de hoje manifestam mais senso ético do que as do passado, mas continua essa diferença grande. Para punir pela lei, pelo código ou pelo *compliance*, é preciso ter muito claro o tipo da ação (ou omissão) errada, condenável. Já em termos éticos, podemos – e devemos – sempre questionar. Questionar o outro e a nós também.

Há valores que foram crescendo ao longo dos séculos. Podemos dizer que isso acontece desde o século XIII, com cidades tornando-se autônomas, no norte da Itália e nos Países Baixos, desenvolvendo-se o império da lei e o Estado de Direito, ou seja, tribunais sérios, mais tarde legislativos eleitos e representativos, ainda depois a eleição dos governantes e o advento dos direitos humanos. Estes últimos se resumem ao respeito ao outro e à igualdade de todos perante a lei. Ou, em outras palavras, se uma organização quiser ser ética, ela precisa prezar liberdade, igualdade e fraternidade.

PERGUNTAR E LIBERTAR

Um bom caminho para a ética nas empresas, e de modo geral nos ambientes de trabalho coletivo, é perguntar como se realizam, na prática, esses valores. (Falo *perguntar* não como figura de linguagem, mas literalmente. Será muito positivo para as organizações colocar em discussão ampla o que estamos aqui suscitando.) Liberdade não é o mesmo que privilégio, ou seja, o direito garantido a poucos, em detrimento dos muitos. Liberdade é o direito de cada um ser o que é, sempre que não perturbe a liberdade alheia. (Por isso mesmo, assumir-se homossexual é liberdade, mas a homofobia, não, porque a homossexualidade de um não faz mal a ninguém, ao passo que a homofobia, sim).

Dizem alguns que minha liberdade termina onde começa a do outro. É uma boa frase, mas confesso que não gosto muito dela. Porque ela supõe que a liberdade seja um *quantum* determinado, um estoque fixo, o qual só posso fruir em parte, para não esbulhar o outro de seu quinhão. Significa que, se eu exagerar na minha liberdade, estou subtraindo a do outro. Diferentes pessoas disputariam quinhões de liberdade. Ora, essa é uma visão pobre da liberdade. Não imagina que ela pode se expandir. Supõe, por exemplo, que o feminismo corta os excessos do machismo, quando a liberdade da mulher apenas amplia a do homem. (Poder agredir uma mulher impunemente não tem nada a ver com liberdade.)

Eu diria então, para terminar com algumas provocações: e se minha liberdade *crescer* (em vez de terminar) com a liberdade do outro? E se a condição para eu mesmo ser livre for *valorizar* os direitos dos outros? Se, por exemplo, o fim do machismo *libertar* os homens de um peso, em vez de ser entendido como um desempoderamento deles? O fim do racismo também pode abrir mais perspectivas, não apenas para suas vítimas diretas, mas também para quem se beneficia (superficialmente?) do preconceito e do ódio? Esses dois expressam a fragilidade de quem odeia, o medo de perder sua identidade, seu (suposto) poderio. Não é melhor viver sem ódio?

Proponho essas questões porque elas *expandem* a discussão ética, que não pode se confinar no campo de práticas proibidas ou obrigatórias, mas precisam trabalhar as significações de nossas ações e sentimentos. As organizações são um dos lugares mais importantes para a reflexão ética, até mesmo pela singela razão de que passamos nelas a maior parte de nosso tempo de vigília, nos dias úteis: nossa vida social em boa parte se dá no trabalho, e nele podemos – e devemos – elaborar as qualidades de um mundo melhor.